

## **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”**

*Luciana Quillet Heymann*

A memória tem sido um campo de forte investimento intelectual das ciências sociais devido, fundamentalmente, à sua centralidade na produção de identidades. Desde Halbwachs até Ricoeur, passando por Pollak e Nora, uma grande quantidade de trabalhos foi produzida sobre o tema. Nesse debate, uma das questões sem dúvida mais abordadas é a da relação entre memória e história, na qual assume especial importância a discussão sobre o papel das fontes. Por via de regra, essa discussão recai sobre temas como a relação do historiador com as fontes, a seleção e a crítica de fontes, as diversas tipologias de fontes, ou mesmo os sentidos conferidos a estas, como sugerido nos debates sobre a passagem de documento a monumento, apenas para citar alguns. Em que pese as especificidades, é possível perceber um suposto comum a essas discussões, qual seja, o de que as fontes são suportes da informação que será construída e analisada pelos historiadores, socialmente percebidos como agentes primordiais da formulação de um discurso sobre o passado.

Um aspecto pouco abordado nos estudos em geral diz respeito à dimensão social da produção de fontes, ou melhor, ao processo social de transformação de registros em fontes históricas. Esta dimensão foi analisada em minha dissertação de mestrado, na qual busquei problematizar a idéia de senso comum que associa os conjuntos documentais de origem pessoal – os arquivos privados pessoais - a uma manifestação concreta da memória individual de seus titulares. Para isso, investiguei o processo de constituição desses arquivos, desde a etapa de acumulação do “papélório” no domínio privado até a sua abertura à consulta pública em instituições de guarda, identificando aspectos que permanecem ocultos quando, como ocorre em geral, o arquivo privado é tratado como o meio de acesso mais direto ao personagem e à trajetória que se pretende investigar. Meu argumento foi que os arquivos deveriam ser tomados, eles próprios,

como objeto sociológico e histórico, permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos.

O estudo que agora proponho busca dar continuidade a essa linha de reflexão, inscrevendo-se em uma sociologia dos processos de construção da memória histórica e de conversão de acervos pessoais em patrimônio nacional. Seu objetivo é analisar as condições de produção de *legados* históricos por meio da criação de instituições de memória, atentando para o investimento nos acervos pessoais e em seu valor de testemunho. Trata-se de fundações, casas, centros de documentação e memoriais que têm sua origem e motivação no recolhimento, tratamento, guarda e difusão de um acervo documental privado, centrado no percurso de um personagem. Tomarei a organização de instituições de memória fundadas em acervos pessoais de determinadas figuras públicas como uma modalidade de invenção discursiva de *legados* políticos ou ideológicos.

Inicialmente, é importante definir em que sentido estou utilizando o termo *legado*, já que a palavra geralmente remete aos princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação pública dos personagens. Para além dessa dimensão do legado, mais substantiva, associada à herança social e política deixada às gerações futuras, encontra-se a que estou buscando iluminar e que mantém com a primeira uma relação de alimentação recíproca. Refiro-me ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à *história nacional*. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e resignificado.

Cabe assinalar que a produção de um *legado* e a fundação de um lugar de memória dedicado a recuperá-lo estão submetidas a condições diversas, tal como ocorre no processo de produção de arquivos pessoais. Em primeiro lugar, dependerão da ação de sujeitos que expressem a “necessidade” de recuperação desses legados, que sejam os porta-vozes do risco do esquecimento, da “dívida” com a memória desses personagens, da importância dessa recuperação para a “memória nacional”, categoria na qual cumpre incluir os legados e os objetos que os simbolizam. Alguns elementos determinantes para os processos de produção e institucionalização de *legados* são o lugar ocupado por esses

sujeitos, os recursos e as adesões que consigam mobilizar a partir de suas estratégias discursivas e políticas. As estratégias discursivas podem variar da importância desse resgate para a pesquisa – argumento acadêmico –, à ideia de homenagem ou de preservação de ideais cívicos e políticos, enquanto as estratégias políticas passam, certamente, pelas redes de relações desses agentes, por seus contatos na esfera governamental, junto a agências de financiamento etc.

Estarei interessada, ainda, nas sucessivas atualizações das memórias pessoais em questão. Não se deve perder de vista que os investimentos na memória - projetos institucionais, comemorações, homenagens -, visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro, sejam eles os próprios titulares, sejam seus herdeiros, entendidos aqui não apenas como familiares, mas também como depositários da herança política do personagem. De fato, não estão em jogo, apenas, as condições que permitem criar uma instituição de memória, mas, além disso, as formas pelas quais tais memórias são evocadas e comemoradas, bem como as disputas entre diferentes grupos e diferentes projetos em torno de uma mesma memória ou, mais precisamente, entre diferentes memórias de um mesmo personagem.

Para avançar um pouco a discussão em torno do conceito de “legado” parece-me interessante atentar para alguns atributos que lhe estão associados. A leitura de um texto do historiador Reinhart Koselleck, *Mutation de l'expérience et changement de méthode: esquisse historico-anthropologique* (1997a), no qual o autor detém-se em uma discussão sobre teoria da história, foi sugestivo em relação a alguns caminhos de investigação.

De maneira bastante simplificada, para Koselleck, o estudo de determinados conceitos seria um meio de acesso às mudanças sociais, na medida em que as transformações de significado estariam relacionadas a alterações no quadro social, ao mesmo tempo em que informariam e constituiriam essas mudanças, funcionando como meio e limite para sua realização. Esse jogo de remissões conformaria a combinação, sempre dinâmica, entre as categorias “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, dimensões contidas no sentido dos conceitos-chave da linguagem política e cuja tensão conferiria movimento aos conceitos, ancorados na realidade social ao mesmo tempo em que projetados para o futuro.

Essa primeira formulação pareceu-me interessante para pensar as diferentes temporalidades presentes na noção de *legado*. Ainda que Koselleck, ao referir-se às

dimensões da *experiência* e da *expectativa*, esteja se referindo ao que denomina “conceitos de movimento”, aos “ismos” cunhados paralelamente ao surgimento da sociedade européia moderna, centrando a sua análise no domínio político e social (1994:11), a sugestão de uma combinação de temporalidades pode ser interessante para pensar no esforço de produção da noção de “legado”, necessariamente referida ao passado, à biografia e à história, ao mesmo tempo em que projetada para o futuro. A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro). As ações que tomam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo.

De fato, a noção de legado aproxima passado e futuro, sem nunca igualá-los, na medida em que o significado da memória do personagem que se torna objeto desse tipo de investimento é dotado de um valor que transcende o contexto de sua atuação, e que projeta esse significado para frente. Ainda que sempre referida a um período histórico específico – que as cronologias e biografias consagram, recorrentemente, nos momentos de evocação dessas memórias -, a experiência singular a qual se associa a noção de legado é investida de uma exemplaridade que faz com que seja possível resignificá-la ao longo do tempo, com sentidos que variam e se renovam, num processo em que o próprio legado é alimentado e ganha fôlego, sendo preservado juntamente com os agentes que a ele se associam.

Partindo da aceitação da distinção entre, de um lado, os acontecimentos, a realidade e a experiência - tomada no sentido moderno de apreensão puramente sensível do vivido (1997a:202) - e, de outro, a ciência histórica, entendida como o conhecimento da realidade, na forma de pesquisa, método e formulação desse conhecimento, Koselleck propõe distinguir modalidades de experiência e modalidades de escrita histórica, sugerindo uma ação recíproca entre essas dimensões. Parte da premissa de que toda história trata de experiências que nos são particulares ou estranhas e de que as maneiras de contar e elaborar as histórias estão relacionadas às maneiras pelas quais as experiências são apreendidas, acumuladas ou transformadas. Afirma que o que se considera sob o nome de *verdade histórica* não depende nunca, unicamente, das experiências feitas pelos historiadores nem dos métodos que eles utilizam: experiência e

método se pressupõem reciprocamente, na medida em que os métodos seriam sempre tributários de uma experiência do presente, em relação ao qual devem ser testados.

É importante mencionar que Koselleck está preocupado com o impacto dos diferentes tipos de ganho de experiência na produção historiográfica, ou seja, em como as diferentes formas de apreensão dos acontecimentos e das mudanças afetam a escrita da história, nos modelos de escrita por meio dos quais as experiências são explicadas e estabilizadas. Segundo o autor, a marcha da história repousa no fato de que uma vez feitas, as experiências são passíveis de repetição, não apenas em função de uma reelaboração metodológica, mas porque os próprios modos de experiência se repetem estruturalmente.

Em Koselleck, a experiência está sendo pensada como condicionante do fazer do historiador. Nas formulações que valorizam as histórias de vida e os relatos autobiográficos, a experiência é vista como matéria-prima para a escrita da história. A construção de “legados” históricos implica em uma leitura da experiência de um indivíduo e na produção de um discurso sobre essa experiência que destaque a sua excepcionalidade. Não está em jogo, nesse caso, uma história de vida que dá acesso ao campo de experiências possíveis no âmbito de determinado grupo social, mas a experiência única, modelar, que remete apenas a ela mesma e cujo significado é conferido e atualizado *ex post*, a partir mesmo de sua associação à noção de legado. Nesse aspecto, é útil mobilizar as reflexões de Bourdieu (1989) com relação à “ilusão biográfica”, nas quais critica a naturalização do sentido de “continuidade pessoal” conferido às histórias de vida, alertando que o indivíduo, ao contar sua vida ou expor suas memórias, atua como ideólogo de sua própria história, selecionando acontecimentos significativos em função de uma intenção global e estabelecendo entre eles conexões adequadas a dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real. Esse esforço de produção de si, no caso da construção dos legados, tomaria a forma do esforço de produção da trajetória exemplar, cuja narrativa não apenas confere sentido a acasos e descontinuidades, mas também estabelece marcos, periodiza e, fundamentalmente, qualifica a experiência.

Por outro lado, é importante atentar para a visão de história que subjaz à produção desse discurso, informando o trabalho dos agentes que atuam na gestão dos legados (historiadores, documentalistas, museólogos, literatos etc.) e lhe conferindo legitimidade social, verificada nas adesões que conseguem mobilizar, nos recursos vertidos para as ações voltadas à preservação e divulgação dos legados e na força das

comemorações que os tomam como objeto. Nesse sentido, vale a pena assinalar que a experiência a qual a noção de legado se associa é sempre individual. O discurso histórico que apresenta essa experiência é, portanto, fortemente marcado por uma valorização do indivíduo, conduzido ao lugar central da narrativa. Os grupos sociais – para não falar em classes ou em massa – têm pouco espaço nessas reconstruções e quando surgem costumam ocupar a posição de opositores ou de sustentáculos da ação do protagonista, de onde emana o sentido da história. Nesse discurso percebe-se também uma proeminência do acontecimento em relação aos fenômenos repetitivos e às estruturas, na medida em que estes constituem o cenário da ação individual. Essa valorização do indivíduo e o lugar central da política em história constituem características do discurso de construção dos legados que poderiam aproximá-lo do historicismo na vertente representada por Wilhelm von Humboldt (Le Goff, 2003:89). No entanto, nesse caso, os acontecimentos históricos mantêm uma dimensão exemplar, contra a qual, no século XIX, insurgiu-se a filosofia historicista.

Sem negar a premissa, hoje consagrada na historiografia, de que os fenômenos históricos devem ser explicados em função do momento em que aconteceram, o discurso que constrói a idéia de um legado histórico não deixa de aproximar-se da concepção da história *magistra vitae*, didática, na medida em que atribui à trajetória do personagem um valor distintivo, associado a princípios e talentos que a tornam digna de sobreviver ao esquecimento e ao tempo e de integrar-se, como memória, ao patrimônio nacional.

No discurso que consagra o “legado”, o lugar da morte é central, na medida e que ela encerra o percurso do personagem e permite selar a finalidade desse percurso, tarefa sempre realizada pelos “herdeiros” da memória, sejam eles familiares, grupos políticos ou profissionais, instituições associadas a sua trajetória, antigos colaboradores etc. Com a morte, de fato, o indivíduo perde a titularidade sobre o seu próprio significado como ator,<sup>1</sup> que passa a ser definido por esses herdeiros, mas também por opositores, por estudiosos, pela mídia, enfim, pelos vivos. Em um texto interessante, que o inscreve entre os autores que se dedicaram às relações entre memória e identidade, Koselleck (1997b) estuda os monumentos aos mortos, especialmente aqueles erigidos em homenagem a mortes violentas, causadas por guerras, analisando as

---

<sup>1</sup> Essa formulação encontra-se no artigo “Dois legados que mudaram o país”, de Renato Lessa, publicado em *O Globo*, Caderno Especial, 22/08/2004.

múltiplas identificações que esses monumentos propõem: em relação aos mortos (identificados como heróis, vítimas, mártires, vencedores ou, eventualmente, derrotados), às suas causas (associadas à defesa da fé, da pátria, da liberdade, da justiça etc), mas também em relação aos observadores, que devem identificar-se com a luta dos mortos, cujas vidas teriam sido perdidas para dar sentido a dos que vivem. Por esse gesto, os mortos teriam se tornado particularmente “dignos de memória”. Essa dignidade, no entanto, como assinala Koselleck, é fundada pelos que sobreviveram, já que o sentido que os mortos podem ter encontrado para sua morte escapa a toda experiência. O autor sugere que pode haver uma coincidência entre um sentido anteriormente declarado pelos mortos e aquele conferido pelos vivos, mas que o sentido criado *a posteriori* pode também passar ao largo daquele que o morto, eventualmente, teria atribuído à sua morte.

Apontar para a defasagem entre a morte e a interpretação proposta por um monumento erigido para rememorar-la, para o processo de “funcionalização política” ao qual se prestam os monumentos, para a possibilidade de distanciamento entre o “espaço de experiência política” que inspirou a sua construção e seus usos posteriores, é iluminar um campo de discussões no qual também se situa a problemática dos legados e dos empreendimentos que os tomam como justificativa. Além disso, chama atenção para o fato de que o caráter trágico ou heróico da morte, quando for possível tal interpretação, será sempre destacado na produção do legado, somando ao dever de livrar a memória do personagem do esquecimento, o de honrar o seu sacrifício.<sup>2</sup>

A discussão das “injunções identitárias” (1997b:144) que os monumentos aos mortos engendram é bastante sugestiva para abordar as apropriações operadas no processo de construção de legados históricos. Por um lado, remetem à questão da identificação de pessoas e grupos à memória do personagem, na qual observa-se muitas vezes a hegemonia de determinados herdeiros, que irão protagonizar as comemorações e

---

<sup>2</sup> O caso mais emblemático, na história política brasileira, de uma morte a qual associou-se o atributo da heroicidade é o suicídio de Getúlio Vargas, já que a interpretação do gesto aproximou-o do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país. Segundo especialistas, ao suicidar-se, Vargas teria dado um “golpe de mestre”, conseguindo reverter a situação política e calar a oposição que fechava o cerco a sua volta. Além disso, teria contribuído, decisivamente, para a produção do “mito Vargas”, na medida em que teria criado as condições de redefinição de sua própria história, obrigatoriamente avaliada, a partir de então, sob a ótica da grandeza e da tragédia desse momento. Minha análise parte, porém, de um outro ponto de observação. Não pretendo conferir ao suicídio o poder de definição de um destino único e inequívoco para a memória de Vargas. Acredito que, para além da relevância da trajetória e da dramaticidade de seu desfecho, um intenso trabalho de produção e atualização da memória de Vargas tem sido desenvolvido, desde as horas que se seguiram ao suicídio até os nossos dias.

homenagens realizadas em seu nome. Por meio dessas manifestações, fundam ou consolidam o capital social, político ou acadêmico – de acordo com a natureza dos agentes sociais - que essa identificação é capaz de mobilizar. É esse capital a razão das contendas que opõem “velhos” e “novos” herdeiros, bem como diferentes grupos e instituições que disputam não apenas o direito de associar-se àquela memória, de falar e agir em seu nome, mas também o prestígio de zelar pela preservação dos documentos e objetos produzidos e acumulados pelo personagem, vistos como manifestação material da sua memória ou como fonte de acesso a ela.

As reflexões de Koselleck sobre injunções identitárias são também sugestivas para pensar a natureza da *experiência* que confere densidade à noção de legado. Para além de uma visão meramente funcionalista dos usos políticos do legado por parte dos agentes que se dedicam à sua gestão, será importante atentar para o fato de que o valor atribuído a um legado histórico, a popularidade do personagem ao qual está associado e a repercussão das ações empreendidas em nome de sua memória se fundam em processos de identificação que aproximam tempos históricos diferentes e, muitas vezes, universos sociais distintos. Neles, dependendo do perfil do personagem, de sua penetração no imaginário político e das associações que sua memória seja capaz de evocar estarão em jogo não apenas identidades estabelecidas no plano das idéias, mas também aquelas que operam no plano mais difuso do sensível, sobre o qual se constroem os mitos.

As relações entre memória e identidade, bastante exploradas nos últimos anos, tanto no campo da história como no da antropologia, têm, portanto, uma conexão direta com o tema dos legados históricos.

Essa problemática será desenvolvida com base na análise empírica de duas instituições de memória: a Fundação Darcy Ribeiro e o Instituto Fernando Henrique Cardoso. A escolha dessas instituições deveu-se a uma reflexão sobre possíveis paralelos entre os personagens, cujas trajetórias tiveram início na vida acadêmica, mas cujos *legados* estão fundamentalmente associados à atuação política, tanto do ponto de vista de uma identidade auto-proclamada quanto de reconhecimento social. Vale destacar que ambas as instituições foram criadas pelos próprios titulares, agentes, eles mesmos, de sua monumentalização, e que além da guarda, da preservação e da disponibilização dos respectivos acervos, as instituições foram concebidas, tanto por Darcy quanto por Fernando Henrique, como centros de discussão e de formulação de



políticas públicas. Em que pesem essas aproximações, cabe chamar atenção para o fato de tratarem-se de personagens cujas trajetórias, orientações e estilos políticos remetem a modelos contrastivos de homens públicos: de um lado, a intensidade e a irreverência do “fazedor” Darcy; de outro, a contenção e a ponderação do “estadista” Fernando Henrique. Em que medida essas imagens impregnam a cultura e as práticas das duas instituições será objeto de investigação no escopo dessa pesquisa.

Darcy Ribeiro resolveu criar uma instituição com seu nome, consciente da proximidade de sua morte, motivado pela idéia de dar continuidade ao trabalho que desenvolveu ao longo da vida. A escritura pública de instituição da Fundação, datada de 11 de janeiro de 1996, contém o detalhamento de seus objetivos, bem como o sumário de sua natureza: “Fundação com personalidade jurídica de direito privado, devotada ao estudo e ação nas áreas da educação, da ciência e da cultura, da ecologia; ao estudo dos índios, negros e caboclos do Brasil”, constando que se instalariam na Fundação, “para uso acadêmico”, a biblioteca e o arquivo de Darcy.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, dedicou-se ao instituto que leva seu nome desde o momento em que deixou a Presidência da República. Inaugurado no dia 22 de maio de 2004, define-se como uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, criada com dois objetivos: “a gestão dos arquivos privados de Fernando Henrique Cardoso, reunindo, organizando, preservando e oferecendo acesso público aos documentos (textuais, audiovisuais, bibliográficos e museológicos) que deles fazem parte” e, em segundo lugar, “a promoção do debate aberto e interdisciplinar sobre os desafios que o Brasil, em particular, e o mundo, em geral, enfrentam na busca do crescimento sustentado e do desenvolvimento humano”.

Instituições criadas com a vocação declarada de preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro. Vale destacar, ainda, que a memória, objeto central dos empreendimentos, confere legitimidade ao projeto institucional e aos agentes sociais que a ele se dedicam. Para além dessa dimensão, a Fundação Darcy Ribeiro e o Instituto Fernando Henrique Cardoso visam, explicitamente, à intervenção na cena pública, interessando, portanto, perceber as maneiras pelas quais a memória, consubstanciada nos acervos pessoais, e a atuação política se combinam no discurso de legitimação dos dois empreendimentos e na construção da idéia do *legado*.

## Bibliografia

Bourdieu, Pierre.

1989. La ilusion biografica. *História y Fuente Oral*. Barcelona, n.2. p.27-33.

Heymann, Luciana Quillet.

1997 a. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro. 199 f.

---

1997b. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p.41-66.

Koselleck, Reinhart. 1997a. Mutation de l'expérience et changement de méthode. Esquisse historico-anthropologique. In: Koselleck, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris,Seuil/Gallimard.

Koselleck, Reinhart. 1997b. Les monuments aux morts, lieux de fondation de l'identité des survivants. In: Koselleck, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris,Seuil/Gallimard.